

**TEXTO EMBARGADO ATÉ 18 DE NOVEMBRO ÀS 21:01 (BRT)
18 DE NOVEMBRO ÀS 19:01 (EST) / 19 DE NOVEMBRO À 00:01 (GMT)**

Para mais informações, favor contactar:
Susan Tonassi (stonassi@burness.com ou +49 160 9327 9327 em Berlim)
Florence Wood (fwood@burness.com ou +44 7491 147 576 em Lisboa)

A nova via do desmatamento: aumento de projetos de mineração e de grande infraestrutura se tornam uma ameaça alarmante a florestas tropicais e à biodiversidade

Empresas, governos e investidores estão promovendo projetos de mineração e obras de grande infraestrutura, criando assim uma plataforma de desenvolvimento rápido e insustentável que, além de alimentar conflitos, será prejudicial às florestas, à vida selvagem e às pessoas

Washington, DC/ Berlim, Alemanha, 19 de novembro de 2020 - Um estudo inédito avaliou o impacto de obras de grande infraestrutura e projetos de mineração no progresso dos esforços globais para frear o desmatamento nas florestas tropicais, agora e no futuro. O estudo **Progress on the New York Declaration on Forests - Balancing forests and development: Addressing infrastructure and extractive industries, promoting sustainable livelihoods** (*Progresso da Declaração de Nova York sobre Florestas - Equilibrar a preservação das florestas e o desenvolvimento: monitorando projetos de infraestrutura e indústrias extrativistas, promovendo meios de vida sustentáveis*, em tradução livre para o português) descobriu que um aumento em projetos de desenvolvimento massivos e complexos que podem combinar transporte, energia e outras obras de infraestrutura planejadas para regiões de florestas tropicais estão em vias de destruir seus ecossistemas e abrir áreas remotas de floresta para mais projetos. Esta plataforma de desenvolvimento focada em infraestrutura, em especial, está caminhando para aumentar a atividade de mineração nas florestas remotas da América do Sul, Sudeste Asiático e África Central.

“As florestas, seus povos e a vida silvestre, que já se encontram em um ponto de ruptura, estão cada vez mais na mira de grandes empreendimentos de infraestrutura e mineração”, aponta Franziska Haupt, diretora executiva da Climate Focus Berlin e principal autora do relatório e líder dos parceiros de avaliação da Declaração de Nova York sobre Florestas.

“Novos projetos de grande escala em andamento ou em planejamento na Amazônia, Indonésia, América Central, Bacia do Congo e outras regiões, revelam que nosso apetite insaciável por carvão, minerais, metais, energia e commodities agrícolas como a soja abriu uma nova frente na batalha de proteção das florestas. Alguns governos estão tornando a situação ainda pior ao diminuir as proteções florestais, enquanto os países lutam para lidar com as consequências econômicas da Covid-19.”

O relatório, publicado seis anos após o lançamento da Declaração de Nova York sobre Florestas—que estabelece um compromisso com a redução do desmatamento pela metade até 2020 e sua eliminação até 2030—conclui que a meta de 2020 não será atingida e que o cumprimento da meta de 2030 exigirá uma redução sem precedentes na taxa de perda florestal anual.

O relatório também é o primeiro estudo do tipo a descrever por completo uma tendência pantropical em que empresas, governos, investidores e outros atores são vistos como secretamente coniventes com projetos de mineração e infraestrutura prejudiciais, sem levar em consideração — por meio de políticas florestais e de biodiversidade eficazes — o clima, a economia e o valor social e ambiental das florestas. O relatório também analisa o papel que a sociedade civil e as comunidades indígenas e locais estão desempenhando na luta contra essas tendências.

“Se o verdadeiro valor das florestas fosse levado em conta em seu papel de redução de mudanças climáticas, proteção dos habitats dos animais, redução da propagação de doenças zoonóticas, limpeza das fontes hídricas, além de oferecer oportunidades econômicas e uma longa lista de outros benefícios não monetizáveis — muitos desses projetos nunca seriam tolerados”, declarou a coautora e coordenadora do relatório, Erin D. Matson, consultora sênior da Climate Focus.

Na fila de produção

Na maioria das regiões críticas de florestas tropicais remanescentes, incluindo América do Sul, África Subsaariana, Bornéu e Papua da Indonésia e Mecom existe planejamento para megabarragens e megaprojetos de corredores econômicos ligando estradas, hidrovias e ferrovias à extração de recursos naturais.

- **Os governos de cinco países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru e Equador) estão investindo um total de 27 bilhões de dólares em planos para construir ou atualizar mais de 12 mil quilômetros (7.456 milhas) de estradas nos próximos cinco anos. Se todos os projetos planejados virarem realidade, eles causarão o desmatamento de cerca de 2,4 milhões de hectares nos próximos 20 anos.**
- Na Rodovia Trans-Papua, na Indonésia, uma rede de 4 mil quilômetros cortará o Parque Nacional Lorentz, aumentando o acesso a mais de 50 mil hectares de concessões de mineração no interior do parque.
- Em Kalimantan, Indonésia, planeja-se abrir uma rodovia que daria acesso a áreas de mineração de carvão e produção de óleo de palma. No país vizinho, Papua-Nova Guiné, há dois projetos em andamento para dobrar a extensão da rede rodoviária do país até o final de 2022.
- Na África Subsaariana, há uma explosão de infraestrutura organizada em torno de dezenas de corredores de desenvolvimento internacionais para extrair, transportar e exportar minerais e energia. Esses corredores que passariam por várias nações cortariam mais 400 e degradariam mais 1.800 áreas protegidas.

“Uma análise de fato apropriada sobre o impacto florestal de grandes projetos de infraestrutura continua sendo um grande desafio”, disse Arild Angelsen, professor de economia da Universidade Norueguesa de Ciências da Vida (NMBU) e associado sênior do Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR). “A enorme importância dos novos projetos de infraestrutura, e em especial roteiros de ação capazes de avaliar o destino das florestas de maneira apropriada, deveria tornar esse assunto uma das principais prioridades da política pública atual”.

Projetos de mineração nos trópicos também estão operantes, sendo a mineração de carvão a mais prejudicial. Estudos têm mostrado que o desmatamento para a mineração de carvão é particularmente prejudicial, pois traz um “golpe duplo” em termos de emissões: tanto a destruição de florestas quanto a produção e queima de carvão liberam carbono. Além disso, **o relatório aponta que a mineração é o setor econômico mais violento do mundo, com o maior número (21%) de conflitos ambientais relatados no Atlas de Justiça Ambiental e o maior número de assassinatos relacionados a ativistas ambientais (50 em 2019).**

Uma pesquisa do próprio relatório junto a empresas de mineração revela que a ação de toda a indústria sobre a biodiversidade deixa a desejar: poucas empresas relataram ter políticas robustas de biodiversidade em vigor. Há ainda menos evidências de que as políticas estão sendo colocadas em prática.

“As florestas estão em um ponto de inflexão perigoso, e esses novos projetos de infraestrutura de grande escala, bem como os desenvolvimentos extrativos, podem nos levar ao limite e minar os esforços globais para impedir o desmatamento. Há uma janela de oportunidade muito pequena--e se fechando--para repensar e reorientar esses projetos em uma direção mais sustentável. Governos, empresas e investidores precisam se empenhar, se comprometer com mais transparência e agir rapidamente para evitar mais danos às pessoas, à vida selvagem e à natureza”, disse Matson.

Estradas para o desmatamento

O relatório revela que os maiores danos às florestas podem ser causados por um aumento desenfreado das redes de transporte. Estudos mostram que essas estradas e redes tornam mais fácil o acesso à floresta para madeireiros, fazendeiros e outros responsáveis pelo corte legal e ilegal de árvores. No momento, as rodovias são responsáveis por entre 9% e 17% do desmatamento tropical e subtropical, sendo que a maioria dos novos desmatamentos ocorre no primeiro quilômetro da estrada.

“As pessoas precisam de melhores redes de acesso, mas essas rodovias não são projetadas para priorizar a ligação das comunidades a oportunidades econômicas, serviços de saúde e outros serviços essenciais. O verdadeiro propósito é facilitar o movimento de mercadorias e tornar mais fácil e barato extrair capital natural de maneiras que beneficiem acima de tudo as elites econômicas. Enquanto isso, abre-se um leque de danos potenciais irreversíveis à floresta, prejudicando povos locais e a biodiversidade”, observou Anthony Bebbington, pesquisador líder em indústrias extrativas e infraestrutura e coautor do relatório. “Esses projetos rodoviários

formam, por sua vez, parte de redes muito mais extensas de hidrovias, ferrovias, portos e centros de logística que aumentam de forma dramática a probabilidade de desmatamento futuro, tornando acessíveis ao investimento áreas florestais antes remotas“.

Na Papua Indonésia e na Bacia do Congo, as redes rodoviárias aumentaram em mais de 40% desde o início dos anos 2000. Essas estradas e essa infraestrutura muitas vezes conduzem a atividades ilegais ou não controladas que podem ter impactos significativamente maiores nas florestas. **No Brasil, para cada quilômetro de estrada legal, estima-se que haja três quilômetros de estradas ilegais.**⁸ Isso também gera um maior contato entre humanos e animais silvestres, um dos principais fatores na disseminação de novas doenças zoonóticas como a COVID-19.

Compromissos em vão

O relatório inclui os resultados da primeira pesquisa do CDP (parceiro de avaliação da Declaração de Nova York sobre Florestas) sobre a situação dos compromissos com a biodiversidade por parte de empresas metalúrgicas, de mineração e carvão que operam em áreas florestais. **De cerca de 225 empresas convidadas a relatar seus esforços, apenas 23 responderam. O CDP analisou mais 22 empresas para fornecer uma análise de 45 empresas-chave que operam em regiões tropicais.**

“Há alguns sinais de progresso--mais de três quartos das empresas que avaliamos assumiram algum compromisso relacionado à biodiversidade”, disse Morgan Gillespy, Diretor Global de Florestas do CDP, a organização sem fins lucrativos que liderou a divulgação das empresas metalúrgicas e de mineração. A maioria das empresas pesquisadas também indicou que a biodiversidade ou o meio ambiente recebem, por parte de seu conselho ou nos altos níveis de gerência, um alto nível de atenção.

“Porém, é preciso fazer mais. Apenas cerca de um terço das empresas divulgou detalhes de seus projetos de compensação de biodiversidade, e poucas compartilharam metas de ação claras e específicas. As empresas extrativistas, bem como os governos, devem acelerar seus procedimentos, melhorando a transparência e implementando planos de gestão que protejam as florestas”.

O relatório apoia as conclusões de outros estudos recentes de que compromissos corporativos de alto nível entre as empresas de mineração nem sempre se traduzem em ações no nível do projeto. Na verdade, vários dos compromissos mais fortes foram associados a práticas concretas inadequadas. Uma análise de 2019 do Banco Mundial, tomando 29 locais de estudo de caso de mineração em florestas em grande escala não conseguiu encontrar um único exemplo de uma operação de mineração que tratasse e mitigasse de forma abrangente os riscos florestais.

“Este é um lembrete em boa hora de que vivemos na ilusão de muitos compromissos, mas uma realidade de pouco progresso, falta de transparência, interesses escusos e visão de curto prazo”, disse Robert Nasi, Diretor-Geral do CIFOR. “Infelizmente, a realidade sempre bate à porta.”

O progresso no alinhamento de projetos de mineração e obras de grande infraestrutura com a proteção florestal tem como barreira o desequilíbrio de poder entre governos e empresas que dão prioridade à destruição da floresta em vez da proteção e comunidades indígenas e nativas que se esforçam para salvar as florestas. Entre as barreiras no campo do governo estão as dificuldades para implementar as políticas florestais que já existem devido à falta de vontade política, de capacidade e de estabilidade, além da poderosa influência dos atores da indústria. No nível corporativo, os dados sobre os progressos relatados pelas empresas carecem de uma verificação independente, e variam muito, além do mais, faltam também definições e normas comuns no campo da mineração e a incorporação de comunidades locais no monitoramento dos esforços é limitada.

“Mais grave ainda é a ausência de processos de consulta significativos para obter o consentimento de povos indígenas, afrodescendentes e nativos que são afetados e que desempenham funções essenciais como guardiões das florestas. Essas barreiras, tomadas coletivamente, constituem obstáculos profundos e falhas de responsabilidade e transparência”, observou Bebbington.

O relatório também oferece novos resultados da pesquisa do CDP com 200 governos estaduais e regionais sobre como a mineração leva ao desmatamento em suas jurisdições, e também sobre as respostas dadas a essa destruição. Cerca de 21 entrevistados, representando estados florestais subnacionais na América Latina e Sudeste Asiático, afirmaram que a mineração e a infraestrutura são as causas do desmatamento em suas regiões e adotaram políticas para regulamentar essa atividade. Mas poucos traduziram essas políticas em planos concretos de gestão florestal ou avaliaram sistematicamente seus riscos florestais.

“As soluções para o desmatamento impulsionado por indústrias extrativas e infraestrutura estão disponíveis, mas ainda não estão sendo implementadas em escala”, disse Alison Hoare, pesquisadora sênior da Chatham House e coautora do relatório.

“Isso continuará a acontecer, a menos que todos os impactos ambientais desses setores sejam integrados às tomadas de decisão dos investidores e consumidores. Isso ajudaria a criar espaço aos governos consultarem as partes interessadas nacionais e considerarem adequadamente todas as opções de uso da terra”.

Retrocessos e avanços

Soma-se a isso uma série de retrocessos por parte de governos locais e nacionais, alguns usando a Covid-19 como justificativa. As comunidades indígenas em toda a região da Amazônia sofrem violência e ameaças contínuas, incluindo a morte de líderes indígenas por grupos de garimpeiros ilegais de pequena escala. As propostas do governo brasileiro para abrir territórios indígenas à mineração industrial e legalizar a mineração em pequena escala em terras indígenas ameaçam ainda mais as comunidades. Na Indonésia, uma lei de maio de 2020 deu às empresas de mineração maior liberdade, preparando o terreno para que novos territórios de mineração fossem abertos e que a atividade de exploração fosse ampliada.

Reunindo todas essas percepções, o relatório apresenta quatro estratégias complementares para reduzir a ameaça que a obras de grande infraestrutura e a mineração representam para as florestas. Elas incluem: adotar caminhos alternativos de desenvolvimento que reduzam a superexploração, a produção ineficiente e o consumo excessivo de recursos; alinhar o planejamento macroeconômico e estratégico às metas de proteção florestal; avaliar amplamente os potenciais impactos negativos de novas obras de infraestrutura e projetos de mineração e elaborar estratégias para minimizá-los; e, finalmente, reconhecer e prestar contas às comunidades locais e conceber formas de promover meios de vida sustentáveis e lidar com o desmatamento.

“Estamos vendo essas tendências surgirem em nações com florestas, alimentadas por decisões que vêm dos níveis mais altos. Dar espaço para outras causas de desmatamento, infraestrutura e mineração juntas talvez seja a maior ameaça às florestas e à biodiversidade”, aponta Haupt. “Mas, com essas quatro estratégias, vemos um caminho para viabilizar integralmente os benefícios sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento.”

###